

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 17 DE**
3 **MARÇO DE 2017, ÀS 14:30 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO**
4 **MENDES.**

5 Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e
6 trinta minutos, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes,
7 regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius
8 David e com as presenças dos Conselheiros: Girlene Alves Da Silva, Kátia Maria Silva
9 de Oliveira e Castro, Maria Carmem Simões Cardoso de Melo, Mônica Ribeiro de
10 Oliveira, Ana Livia de Souza Coimbra, Marcos Souza Freitas, Flávia Cavalieri
11 Machado, Cláudio Galuppo Diniz, Ricardo de Cristofaro, Ana Paula Ferreira, Wilhelm
12 Passarella Freire, Altemir José Gonçalves Barbosa, Gilmar José dos Santos, José
13 Gustavo Francis Abdala, Jorge Carlos Felz Ferreira, Aline Araújo Passos, Lourival
14 Batista de Oliveira Júnior, André Silva Martins, Jeferson Macedo Viana, Zuleyce Maria
15 Lessa Pacheco, Hélio Antônio da Silva, José Otávio do Amaral Corrêa, Maria Alice
16 Junqueira Caldas, Neiva Ferreira Pinto, Maria Cristina Vasconellos Furtado, Maria das
17 Graças Afonso Miranda Chaves, Cristina Simões Bezerra, Rubens Luiz Rodrigues,
18 Andréa Vassallo Fagundes, Arthur Alfredo Nunes Avelar, Stela da Silva Barbosa de
19 Souza, João Pedro Carvalho dos Reis, Diego Augusto Silva Ventura, Lucas Cristian de
20 Oliveira, Leda Maria Mendonça, Laura Matos Vasconcelos, Lucas da Silva Simeão,
21 Maria dos Remédios P. da Silva, David Silva Souza, Márcia Aparecida de Paula e
22 Souza, Rosângela Márcia Frizzero, Janemar Melandre da Silva, Ricardo Bonfante,
23 Dimas Augusto de Carvalho, Dênis Alves Perdigão, Ângelo Márcio Leite Denadai,
24 Fábio Pieri e José Geraldo Neto de Faria, realizou-se mais uma reunião do egrégio
25 Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o
26 Senhor Presidente iniciou a reunião ordinária saudando a todos e todas. Justificou a
27 ausência do Conselheiro Henrique Duque de Miranda Chaves Filho. Na sequência,
28 encaminhou para deliberação a aprovação das atas das reuniões dos dias 20/12/2016 e
29 21/02/2017, as quais foram aprovadas, por maioria, tendo uma abstenção cada. Depois
30 se iniciaram os **Comunicados da Presidência**. O Senhor Presidente registrou algumas
31 considerações acerca do orçamento da Universidade Federal de Juiz de Fora, salientou
32 que a correção do orçamento e novo decreto com a programação financeira serão as
33 peças fundamentais para a discussão do orçamento de 2017 no Conselho Superior que
34 deverá ocorrer no mês de abril. Consignou também a relevância e contribuição dos
35 eventos ocorridos na última semana na universidade, em razão do Dia Internacional da
36 Mulher, que propiciaram debates importantes. Dando prosseguimento à reunião,
37 começou a discussão do item **1.1 - Controle de assiduidade e pontualidade**. O Senhor
38 Presidente apresentou o primeiro ponto da pauta fazendo um breve histórico sobre o
39 processo. Em seguida, solicitou aos conselheiros, em regime de votação, autorização
40 para a presença dos membros da comissão responsável pela discussão do tema, para que
41 possam acompanhar e participar da continuação da discussão, que foi autorizada por
42 unanimidade. Posteriormente, apresentou algumas ponderações e esclarecimentos sobre
43 o assunto. Afirmou que o Conselho Superior havia decidido que a comissão que tratava
44 do tema de Flexibilização da jornada de trabalho também incluiria nas suas atribuições a
45 discussão sobre o controle de assiduidade e pontualidade dos servidores. Porém, a
46 comissão não conseguiu chegar a um consenso quanto à utilização de mecanismos de
47 controle eletrônico para o controle da assiduidade e pontualidade dos TAEs da
48 universidade. Assim, na reunião seguinte do Conselho Superior, realizada em outubro,
49 houve diversas manifestações dos membros da comissão quanto ao tema, e os membros
50 da Administração Superior também puderam manifestar seu entendimento quanto à

1 questão. Relatou que a posição tomada pela Administração Superior, exposta para a
2 diretoria do sindicato e para os técnicos que compõem a comissão, considera que há
3 uma definição legal que determina a implantação de mecanismos de controle eletrônico
4 de frequência em órgãos públicos e que este entendimento está consolidado entre os
5 órgãos de controle e do poder judiciário, portanto, não havendo espaço jurídico para não
6 cumprir a legislação relativa ao ponto eletrônico. Assim, o Presidente do Conselho
7 afirmou que, no entendimento da Administração Superior, não haveria possibilidade de
8 votação, uma vez que não caberia discutir uma proposição ilegal, pois a lei não faculta a
9 possibilidade de utilização de mecanismos manuais de frequência. No entanto, o
10 Presidente do Conselho informou que o SINTUFEJUF e os representantes do sindicato
11 na comissão que trata da proposta de controle de assiduidade e pontualidade solicitaram
12 que o debate sobre a temática do controle no CONSU fosse pautada por uma discussão
13 prévia sobre se o princípio da “Autonomia Universitária” poderia ser invocado para
14 permitir que a universidade não cumprisse a obrigatoriedade do ponto eletrônico
15 estabelecido pelo Decreto 1.897/1996, em substituição à discussão sobre modalidade do
16 controle (eletrônico ou manual), conforme havia sido debatida na reunião de
17 outubro/2016. O Presidente do CONSU informou que, apesar de discordar do
18 encaminhamento, decidiu atender a demanda dos TAEs. Em seguida, o Senhor
19 Presidente propôs que a palavra fosse concedida, inicialmente, aos membros
20 representantes dos TAEs que compõem a comissão, para que fizessem a defesa de seu
21 ponto de vista, e, ato contínuo, que a palavra fosse destinada aos membros que
22 representam a Administração Superior e aos diretores que compõem a comissão, para
23 que manifestassem o seu entendimento quanto ao tema. Também solicitou ao Conselho,
24 a pedido da assessoria de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da
25 UFJF (Sintufejuf), autorização para a entrada de jornalista para fazer o registro
26 fotográfico da reunião. Depois de autorizada a entrada, por unanimidade, abriu espaço
27 para manifestações dos membros da comissão. O primeiro membro da comissão a falar
28 foi Flávio Sereno, representando os TAE’s. Depois, o secretário geral da UFJF, Rodrigo
29 de Souza Filho, e o Conselheiro Jorge Felz falaram sobre o entendimento da
30 Administração e dos diretores da comissão acerca da relação entre autonomia
31 universitária e o controle de assiduidade e pontualidade. O debate sobre a “Autonomia
32 Universitária” se desenvolveu a partir de duas teses apresentadas. A defesa da primeira
33 tese foi realizada pelo representante dos TAE’s na comissão responsável pelo assunto,
34 que iniciou sua apresentação relatando que o ponto eletrônico, principalmente frente ao
35 contexto atual, será um mecanismo de coibição do direito de greve, uma vez que foi
36 autorizado o corte de ponto de servidores grevistas, e argumentou, baseando-se no
37 Ofício nº 281/2015 – R/GR, que o princípio constitucional da “Autonomia
38 Universitária” poderia ser invocado para a Universidade decidir a melhor forma de
39 controle de assiduidade e pontualidade. Dessa forma, indica que, sendo assim, a
40 legislação infraconstitucional (Decreto nº 1.867/1996) não necessariamente deveria ser
41 cumprida. A defesa da segunda tese, realizada pelos representantes do Consu e da
42 Administração Superior na comissão responsável pelo assunto, argumentou que o
43 princípio constitucional da “Autonomia Universitária”, conforme doutrina jurídica
44 majoritária se refere à “autonomia acadêmica didático-científica, ou seja, a plena
45 liberdade de expressão aplicada ao ensino pesquisa e extensão” (Parecer nº
46 1007/2012/CONJUR-MEC/CGU/AGU) e que o descumprimento do Decreto nº
47 1.867/1996 incorreria em ilegalidade, conforme indica o Parecer nº
48 1007/2012/CONJUR-MEC/CGU/AGU. Além disso, defendeu que, do ponto de vista
49 político, é melhor a Universidade ter a governança do processo de implantação do ponto
50 eletrônico que deixar o mesmo na condução do MPF ou da Justiça. Após as

1 apresentações das teses e as discussões ocorridas, o Reitor encaminhou para a votação,
2 conforme acordado com os TAE'S, se o princípio da “Autonomia Universitária” poderia
3 ser invocado para permitir que a universidade não cumprisse a obrigatoriedade do ponto
4 eletrônico estabelecido pelo Decreto 1.897/1996 (Proposta de Encaminhamento 1).
5 Neste momento, o conselheiro André Martins apresentou outro encaminhamento,
6 indicando que o encaminhamento da votação deveria ser para que a comissão retornasse
7 aos trabalhos para apresentar uma proposta de implantação de controle eletrônico de
8 assiduidade e pontualidade (Proposta de Encaminhamento 2). Depois dos debates
9 realizados sobre as propostas de encaminhamento, a Proposta de Encaminhamento 1
10 obteve 17 votos, a Proposta 2, 20 votos, e 09 conselheiros se abstiveram. Em seguida,
11 foi colocada em votação a Proposta de Encaminhamento vencedora, com adendo
12 referente ao prazo: indicação para que a comissão retornasse aos trabalhos para
13 apresentar uma proposta de implantação de controle eletrônico de assiduidade e
14 pontualidade, no prazo de 60 dias. Esta proposta foi aprovada por unanimidade pelo
15 Conselho Superior. Dando continuidade à reunião, passou-se ao segundo ponto de
16 pauta: **2.1 – Indicação formal e aprovação de um representante do Conselho**
17 **Superior para compor o Conselho Administrativo do Jardim Botânico/UFJF em**
18 **atenção ao Memorando nº 62/2016 - Extensão.** O Senhor Presidente apresentou um
19 breve histórico acerca do regimento do Jardim Botânico, no qual existe um Conselho
20 Administrativo que deve ter um representante do Conselho Superior. Em seguida,
21 passou a palavra para a conselheira Ana Lúcia de Souza Coimbra que saudou a todos e
22 realizou uma retomada histórica do regimento do Jardim Botânico, então aprovado em
23 maio de 2012, relatando que nele constam três conselhos, o Administrativo, Técnico e
24 Comunitário, esclarecendo que o Conselho Superior deverá deliberar sobre a indicação
25 e aprovação de um representante docente do CONSU para compor o Conselho
26 Administrativo do Jardim Botânico/UFJF, conforme previsto no inciso VII do Art. 4º do
27 Regimento do Jardim Botânico da UFJF. Indicou o nome do professor José Gustavo
28 Francis Abdalla, diretor da Faculdade em Arquitetura e Urbanismo, por ser conselheiro
29 e pela interface da arquitetura com o Jardim Botânico. O Conselheiro José Gustavo
30 Francis Abdalla solicitou a palavra, explanando sobre o projeto realizado pela
31 Faculdade de Arquitetura no Jardim Botânico e agradecendo pela indicação realizada.
32 Em votação, o plenário do CONSU aprovou a indicação, por unanimidade. A seguir, o
33 Senhor Presidente deu início ao item **2.2 – Aprovação da minuta da carta de**
34 **solicitação aos herdeiros da Senhora Maria da Saudade Cortesão Mendes da**
35 **definição de data para entrega das obras integrantes do acervo do Centro de**
36 **Estudos Murilo Mendes.** (Expositora: Pró-Reitora de Cultura - Profª. Valéria Faria). O
37 Senhor Presidente solicitou aos conselheiros autorização para a entrada na assembleia
38 do Diretor do Museu de Arte Moderna Murilo Mendes – MAMM, Professor Prof. Dr.
39 José Alberto Pinho Neves, como colaborador, em razão da especificidade da matéria,
40 requisição que foi totalmente legitimada. Pleiteou ao Professor José Alberto que
41 realizasse a leitura da minuta de carta a ser enviada aos herdeiros da Senhora Maria da
42 Saudade Cortesão Mendes solicitando a transferência de obras de arte para o Museu de
43 Arte Moderna Murilo Mendes – MAMM, acervo que ainda se encontra em Portugal.
44 Mencionou que são 24 (vinte e quatro) obras que estão na casa da então falecida
45 Senhora Maria da Saudade Cortesão Mendes e do trabalho da Administração Superior
46 na busca de resolver a situação da melhor forma possível. Após, o Senhor Presidente
47 abriu a pauta para debates. Oportunidade em que os conselheiros puderam sanar suas
48 dúvidas em razão da matéria com o Professor José Alberto. Esclareceu que as obras
49 estão catalogadas, já tendo sido conferidas em duas oportunidades em reuniões em
50 Portugal, estando sob os cuidados da sobrinha da Senhora Maria da Saudade. O Senhor

1 Presidente esclareceu que a carta é uma última alternativa de solução consensual e, em
2 seguida, colocou a proposta de carta destinada ao Doutor João Laborinho Lúcio,
3 representante dos herdeiros da Senhora Maria da Saudade Cortesão Mendes, solicitando
4 a transferência de obras de arte de propriedade da Universidade Federal de Juiz de Fora
5 para o Museu de Arte Moderna Murilo Mendes – MAMM, com pedido de definição de
6 data para a entrega das obras e autorizando o Magnífico Reitor Prof. Marcus Vinicius
7 David, caso não ocorra a transferência das obras no prazo estipulado, promover a
8 representação cabível junto ao Ministério Público Federal e/ou Ministério das Relações
9 Exteriores, intentando o resgate das obras pertencentes ao patrimônio público federal,
10 na observância do estabelecido no “Termo de Contrato de Transferência do Acervo de
11 Arte Murilo Mendes”, em regime de votação, que foi aprovada, por unanimidade.
12 Dando continuidade à reunião, passou-se ao próximo ponto de pauta. **2.3- Demandas
13 de órgãos de controle.** O Senhor Presidente relatou sobre uma série de demandas feitas
14 à administração superior pelos órgãos de controle. Salientou que existe uma lista de
15 recomendações realizadas pelo Ministério Público Federal à UFJF, apresentando
16 algumas orientações recebidas como acerca da publicização, por unidade acadêmica, do
17 Regime de Trabalho dos Docentes e da Grade Curricular do semestre (Graduação e Pós-
18 graduação) constando os nomes dos docentes responsáveis pelas disciplinas. Explicou
19 também quanto à solicitação de autodeclaração anual dos Docentes de Regime de
20 Dedicção Exclusiva – DE e não cumulatividade de cargos, indicando uma
21 recomendação à UFJF quanto à implementação de controles internos, de forma a
22 verificar, periodicamente, a ocorrência de eventual infração ao cumprimento, por
23 docentes, do regime de dedicação exclusiva. Ressaltou que neste primeiro momento, a
24 intenção é notificar a todos acerca das ocorrências e das providências que deverão ser
25 iniciadas por parte da Pró-reitoria de Recursos Humanos para conduzir os trabalhos
26 quanto ao assunto da melhor forma possível. Na sequência, o Senhor Presidente iniciou
27 o quinto item da pauta: **2.4- Proposta para o Centro de Vivência da Universidade
28 Federal de Juiz Fora/MG.** (Expositora: Pró-Reitora de Cultura - Prof^a.Valéria Faria).
29 O Senhor Presidente pediu aos conselheiros permissão para que a Professora Valéria
30 Faria realizasse a apresentação ao Conselho da proposta da comissão que
31 estudou/elaborou o projeto de reforma do Centro de Vivência da UFJF, tendo sido
32 autorizado o pleito. Antes, o Senhor Presidente efetuou a apresentação de algumas
33 ponderações quanto ao contrato com o restaurante que então funcionava no Centro de
34 Vivência, explicitando os desdobramentos do seu efetivo encerramento. Na sequência,
35 passou a palavra a Professora Valéria Faria para que realizasse a apresentação das
36 proposições elaboradas. Finalizada a exposição, tendo sido aberta a pauta para debates,
37 os conselheiros realizaram algumas observações e questionamentos, elogiando inclusive
38 as propostas da Administração para o novo Centro de Vivência. Na oportunidade, a
39 Conselheira Maria dos Remédios Silva, representante do Sintufefuf, pediu a palavra
40 para colocar como sugestão ao projeto a instalação e operação por parte da UFJF de
41 uma Agência dos Correios no Centro de Vivência, opinião que foi recebida
42 positivamente por parte da expositora. O Conselheiro André Silva solicitou alguns
43 esclarecimentos quanto à posição do Café próximo a Editora, questionamento que foi
44 posteriormente corroborado pelo conselheiro José Gustavo Francis Abdala, o que foi
45 elucidado pelo representante da comissão, Professor Mário Guerra. A conselheira Maria
46 Alice Junqueira Caldas pediu a palavra para solicitar elucidações quanto a horários de
47 funcionamento e o tipo de alimentação a ser fornecida no local, registrando a situação
48 incômoda vivenciada em algumas cantinas da universidade neste sentido. O Senhor
49 Presidente aproveitando a ocasião, realizou alguns esclarecimentos quanto à situação do
50 processo de licitação das cantinas na UFJF. Os conselheiros empreenderam ainda

1 algumas ponderações e após, dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente
2 solicitou aos conselheiros a prorrogação da reunião ordinária por mais uma hora o que
3 foi aquiescido por todos, passando ao próximo ponto de pauta. **2.5- Proposta de**
4 **ocupação do espaço do Prédio do Diretório Central dos Estudantes - DCE**
5 **localizado na parte central da cidade de Juiz de Fora/MG.** (Expositora: Pró-Reitora
6 de Cultura - Prof^a. Valéria Faria). O Senhor Presidente requisitou à expositora que
7 procedesse a apresentação da proposta de ocupação do Prédio do Diretório Central dos
8 Estudantes – DCE, localizado na parte central da cidade de Juiz de Fora/MG (Centro).
9 A seguir, a Pró-Reitora de Cultura - Prof^a. Valéria Faria passou a exibição requerida,
10 informando que a Comissão criada para deliberar sobre a ocupação do prédio
11 restaurado, antiga sede do DCE, localizado na esquina da Avenida Getúlio Vargas com
12 a Rua Floriano Peixoto, número 763, na cidade de Juiz de Fora/MG, no mês março de
13 dois mil e dezessete, apresentou uma proposta final que pretende a ocupação de todo o
14 prédio histórico principal e todo o segundo piso do prédio novo (antiga Associação dos
15 Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APES). Conforme ata, ficou acordado
16 que o Museu do DCE será abrigado no prédio histórico anexo na parte térrea, o
17 mezanino deste espaço abrigará o Centro de Conservação da Memória - Cecom, que por
18 sua vez ficará responsável pela manutenção, preservação e difusão do acervo do Museu
19 do DCE, bem como de desenvolver intercâmbio de pesquisa para este Museu. O Centro
20 de Conservação da Memória também abrigará a parte térrea do prédio novo (antiga
21 Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Apes) para
22 desenvolver seus respectivos trabalhos e serviços de conservação e preservação, bem
23 como, nos programas de pesquisa e extensão da UFJF ou nas áreas de seus objetivos.
24 Foi ainda acordado que a biblioteca e a reserva técnica do Museu Dinâmico continuarão
25 a ser alocadas no prédio da Avenida Barão do Rio Branco, nº 3460, terceiro andar -
26 fundos, compartilhando o espaço com o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana
27 – Maea. O espaço da atual Reserva Técnica do Museu Dinâmico ficará para o Museu
28 Maea e o espaço do antigo auditório do Museu Dinâmico com o corredor lateral direito
29 do terceiro andar ficarão para acomodação da Reserva Técnica e a Biblioteca do Museu
30 Dinâmico. Comunicou que a proposta de ocupação do prédio restaurado, antiga sede do
31 DCE, foi aprovada por unanimidade pela referida Comissão. O Senhor Presidente
32 retomou a palavra, abrindo para discussões. Após as considerações apresentadas a
33 proposta da Comissão apresentada ao Conselho foi acolhida pelo mesmo. A seguir, o
34 Senhor Presidente iniciou o sétimo item da pauta. Foi solicitada a inversão da ordem do
35 dia, com a apresentação da pauta sobre a criação do curso de Medicina em Governador
36 Valadares. Em regime de votação, a requisição foi aprovada por unanimidade. O Senhor
37 Presidente, dando continuidade à reunião passou ao ponto de pauta: **3.1 - Processo nº**
38 **23071.022049/2016-51 – Criação do Curso de Medicina da UFJF – Campus**
39 **Avançado de Governador Valadares. (Parecer: Conselheira Maria Cristina**
40 **Vasconcellos Furtado).** A Conselheira Maria Cristina Vasconcellos Furtado apresentou
41 o relato do processo e, em seu parecer, manifestou-se favoravelmente a solicitação de
42 criação do Curso de Medicina da UFJF – Campus Avançado de Governador Valadares.
43 O Conselheiro Ângelo Márcio Leite Denadai pediu a palavra para agradecer e registrar
44 a importância da referida aprovação para o Campus Avançado de Governador
45 Valadares. O Senhor Presidente encaminhou o assunto para deliberação, sendo a
46 extinção de 100 (cem) vagas anuais do Curso de medicina da UFJF, disponibilizadas
47 para o Campus Avançado de Governador Valadares-MG e a criação do Curso de
48 Medicina da UFJF do Campus Avançado de Governador Valadares-MG, com 100
49 (cem) vagas anuais, aprovada, por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente
50 retornou ao próximo item da pauta: **2.6 - Centro de Ciências da Universidade Federal**

1 **de Juiz de Fora/MG.** (Expositora: Pró-Reitora de Extensão – Profª Ana Livia Souza).
2 O Senhor Presidente requisitou aos conselheiros, em regime de votação, autorização
3 para a presença do diretor do Centro de Ciências da Universidade Federal de Juiz de
4 Fora/MG, Professor Eloi Teixeira César, que foi autorizada por unanimidade. Na
5 sequência apresentou um breve histórico sobre a pauta e em seguida, passou a palavra
6 ao Professor Eloi César para fazer uma apresentação sobre o tema. Após a exibição, o
7 Senhor Presidente apresentou algumas ponderações e esclarecimentos sobre o assunto,
8 tecendo elogios ao trabalho do Professor Eloi César e do Colégio de Aplicação João
9 XXIII, realizando considerações a respeito do projeto de implantação do Centro de
10 Ciências e da indicação da data de inauguração. Os integrantes do Consu fizeram
11 elogios à proposta exibida. A Conselheira Andréa Vassallo Fagundes solicitou a palavra
12 para enaltecer o trabalho realizado pelo professor Eloi Teixeira César a frente do Centro
13 de Ciências da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, pedindo para registrar sua
14 fala em ata, o que foi corroborado pela Conselheira Ana Livia de Souza Coimbra. Na
15 sequência, o reitor cumprimentou a comunidade acadêmica de Governador Valadares
16 pelos dois cursos avaliados pelo Ministério da Educação. Em função do prazo
17 regimental de reunião ter se esgotado, o encontro foi encerrado e, após deliberação, a
18 nova agenda foi marcada para a próxima sexta-feira, dia 24 de março de 2017. A seguir,
19 o Senhor Presidente realizou algumas considerações finais e não havendo mais
20 manifestações e nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião,
21 secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para constar lavrei a presente ata que
22 dato e assino.

23
24
25 Juiz de Fora, 17 de março de 2017.

26
27
28 **Rodrigo de Souza Filho**
29 **Secretário Geral**

30
31
32 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**
33 **Reitor da UFJF**

34
35
36 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.

13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.